

# Justiça Federal

## Digital

► **Ministro do STJ  
prestigia Jubileu  
de Ouro da  
Justiça Federal  
capixaba**



400

A diretora do foro, juíza federal Cristiane Chmatalik, presenteia o ministro Benedito Gonçalves com uma pasta de selos postais alusivos à data. Ao seu lado, o presidente do TRF2, des. fed. André Fontes

## ▶ Ministro Benedito Gonçalves fala em seminário comemorativo pelos 50 anos de reinstalação da Justiça Federal



Dentro dos eventos comemorativos dos cinquenta anos de reinstalação da Justiça Federal do Espírito Santo, a Seção Judiciária sediada em Vitória realizou na sexta-feira, 22 de setembro, seminário iniciado com palestra do ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mesa foi presidida pelo desembargador federal André Fontes, presidente do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2) e foi prestigiada também pelo desembargador federal aposentado Castro Aguiar, pelo desembargador Samuel Meira Brasil Junior, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, pela diretora do foro da Seção Judiciária, Cristiane Chmatalik, e pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, juiz federal Fernando Mattos.

Benedito Gonçalves, que compôs o TRF2 de 1998 até sua promoção para o STJ, em 2008, iniciou sua fala destacando a importância do momento histórico lembrado nos eventos que tiveram início na quarta-feira, 20. Ele traçou um panorama dos acontecimentos que levaram à extinção da Justiça Federal, com a implantação do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1937. A reinstalação aconteceu a partir da vigência da Constituição de 1946, que criou o Tribunal Federal de Recursos, com competência para julgar em segundo grau as causas de interesse da União.

Gonçalves prosseguiu explicando que somente em 1965, com o Ato Institucional nº 2, foi restabelecida a Justiça Federal de primeiro grau. Em 1966, a Lei nº 5.010, de 30 de maio, organizou esse ramo do Judiciário, cujas Seções Judiciárias foram reinstaladas em 1967: “Sua missão, então, passou a ser a de prestar a jurisdição sobre questões envolvendo políticas públicas, tarefa que vem sendo desempenhada até hoje”.

O ministro afirmou que, anos mais tarde, a existência da Justiça Federal voltou a ser questionada, sob a alegação de que seria uma instituição cara e inacessível por estar concentrada na capital federal. O impasse foi resolvido com a Constituição de 1988, que descentralizou a segunda instância, criando os cinco Tribunais Regionais Federais: “Tenho muito orgulho de ter integrado o TRF2. Vejo aqui vários juízes com quem convivi por uma década e tenho grande satisfação em constatar que permanecem atuando com o mesmo amor, desempenho e excelência de sempre”.

Em seguida, o desembargador federal Castro Aguiar – hoje aposentado – fez uso da palavra, para narrar suas experiências na Segunda Região, desde a época em que fora juiz de primeiro grau, até a promoção para o TRF2. O magistrado, que foi corregedor regional,



coordenador dos Juizados Especiais Federais e presidente do Tribunal, falou dos desafios enfrentados e do apoio recebido por seus pares e pelos servidores ao longo dos anos.

Logo após, o presidente da OAB na Seccional de Colatina, Dionísio Balarine (foto), fez um breve discurso em nome da Advocacia, reiterando a parceria com a Seção Judiciária capixaba e com o TRF2. Na sequência, o conselheiro Fernan-



do Mattos palestrou sobre o papel institucional que a Justiça Federal consolidou ao longo do último meio século: “A legitimidade dos juízes se consagra no trabalho cotidiano, prestando uma jurisdição digna, séria e comprometida”, garantiu.

Já na sua fala, o presidente do TRF2 fez observações acerca dos conceitos por trás tanto da extinção da Justiça Federal quanto da sua recriação. Para ele, o tema passa pela discussão a respeito da ideia de federação: “Getúlio Vargas entendia que a Justiça Federal representava uma ameaça à unidade do país, que ele considerava por um prisma muito restritivo. Ele chegou a mandar queimar bandeiras dos estados, para reafirmar o princípio de que não poderia haver divisões”, contou.



## Homenagem

Após as apresentações, o juiz federal Ricarlos Almagro, subiu ao púlpito para explicar o significado e a história da Medalha do Mérito do Judiciário Federal. A comenda, disse, foi criada a partir de um concurso realizado em 2009, durante sua gestão na Direção do Foro Federal capixaba. O certame escolheu o desenho da peça – de autoria dos servidores Jocimar Daltio e Glaucio Costa Longa, este último presente ao evento – conferida em reconhecimento àqueles cuja dedicação

**Castro Aguiar, José Neves, Cristina Natalli, Neidy Torrezani, André Fontes, Cristiane Chmatlik e Fernando Mattos**

à causa da Justiça tenha contribuído para o engrandecimento da Seção Judiciária do Espírito Santo e para o fortalecimento da imagem institucional: “É uma forma de purgar a mora do dever de gratidão com essas personalidades que tiveram um papel significativo para esta Casa”, declarou.

Por fim, a diretora da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Chmatlik entregou as medalhas ao presidente do TRF2, ao desembargador federal Castro Aguiar, ao juiz federal Fernando Mattos e ao desembargador federal Ferreira Neves.

Também foram agraciadas com a homenagem, as servidoras Maria Cristina Natalli – que aposentou-se recentemente - e Neidy Aparecida Emerick Torrezani, atual diretora-geral da SJES.

## “A Justiça Federal e a Cidadania”

As comemorações dos 50 anos da Justiça Federal no ES tiveram início no dia 20/09, com o evento “A Justiça Federal e a Cidadania”.

Aberta pela apresentação da Banda Junior da Polícia Militar, o ação contou com palestra do juiz federal Vladimir Vitovsky, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sobre “O que a Justiça Federal faz pelo cidadão”. Também participaram como palestrantes a Procuradora da República Elisandra de Oliveira Olímpio e a servidora Flávia Margon Pessoa, do 1º Juizado Especial Federal.



Representantes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Grande Vitória aproveitaram as palestras para tirar suas dúvidas. “Saber para onde direcionar os usuários, qual a competência de cada Justiça, ajuda-nos a prestar um melhor atendimento”, declarou a assistente social Martha Miranda dos Santos, coordenadora do CRAS de Serra-Sede.



**Cristiane Chmatalik e a servidora Vera Ely Masariol, diretora do Núcleo de Apoio Judiciário. Ao fundo, quadro da artista plástica Cristina Rezende, em exposição na Justiça Federal**

Ao final do evento, a diretora do foro convidou a todos para visitarem a exposição “Mãe Gentil”, da artista plástica Cristina Rezende, promovida pelo Centro Cultural Justiça Federal (CCJF/Vitória) em homenagem aos 50 anos da JFES.



**Assistentes sociais dos CRAS, com a diretora do foro (terceira, da esq. p/ dir)**

## “O Resgate da Memória Institucional”



**A diretora do foro, Cristiane Chmatalik, recebe da gerente de vendas dos Correios, Patrícia Teubner, a pasta com os selos postais comemorativos**

A segunda parte das comemorações pelos 50 anos da SJES, no dia 21, teve como tema “O Resgate da Memória Institucional”. Na ocasião foi realizado o lançamento do selo e do carimbo postais comemorativos do jubileu de ouro da Seccional, com cerimônia conduzida pela equipe dos Correios, na sala de reunião dos juízes (8º andar da sede da Justiça Federal). A partir de então, durante 30 dias, as correspondências que saírem do Centro de Distribuição dos Correios localizado na Av. Leitão da Silva, em Vitória, serão carimbadas com o símbolo dos 50 anos da SJES.



**O desembargador federal Ivan Athié faz a primeira obliteração do carimbo**



Na mesma tarde, foi lançada a versão digital do livro “Memória Institucional da Justiça Federal do Espírito Santo” - disponível na página da SJES na internet - e inaugurado o Centro de Memória da Seção Judiciária, que está aberto à visitação e tem como responsável o servidor Jorge Crispiniano.



O autor do livro, juiz federal Ronald Krüger Rodor (foto ao lado), que faz parte do Programa Nacional de Memória e Gestão Documental do Poder Judiciário (Proname), vinculado ao CNJ, destacou que o Centro de Memória é bem mais que um local para exposição de materiais e mobiliários antigos. “Visa também coordenar os trabalhos respeitantes ao acervo histórico de processos, catalogação, inventário, e, no futuro, a disponibilização desse acervo para estudo e pesquisa, inclusive na internet.”



À frente da linha do tempo da Seção Judiciária: juiz federal Ronald Krüger (autor do livro “Memória Institucional”, Lenora Schwaitzer (assessora de Documentação e Memória do TRF2), Jorge Crispiniano (responsável pelo Centro de Memória), Ricardo Horta (da Produção Visual do TRF2, que criou a logomarca dos 50 anos e materiais produzidos para o evento), Aline Miranda (juíza federal convocada ao gabinete de conciliação da 2ª Região) e a diretora do foro

## A MEMÓRIA DO CENTRO

O técnico judiciário Jorge Crispiniano Vieira da Silva, após 21 anos de atuação nas áreas administrativas e varas federais da Seção Judiciária do Espírito Santo, encarou há dois anos o desafio de criar o Centro de Memória da Justiça Federal capixaba. Na foto, ao fundo, retrato do ministro J.J. Moreira Rabello (do antigo Tribunal Federal de Recursos e Representante do Conselho da Justiça Federal), que em 27/09/1968 veio a Vitória reinstalar a Justiça Federal no Estado.



### JF DIGITAL - Como surgiu a ideia de fazer um Centro de Memória na Justiça Federal?

JORGE CRISPINIANO - Bem, pelo meu conhecimento, inicialmente houve a iniciativa por parte do Dr. Fernando Mattos [juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, conselheiro do CNJ], à época diretor do foro, no sentido de se fazer um levantamento histórico na Seção Judiciária do Espírito Santo para se verificar um projeto que trataria da memória institucional da Seccional. Foi encarregado desse trabalho o juiz federal Dr. Ronald [Ronald Krüger Rodor, titular da 3ª VF-Execução Fiscal], que terminou, ao final da pesquisa, por lançar um livro que trata da memória Institucional da Seção Judiciária. Após isso, foi feito um expediente direcionado à Direção do Foro dando conta da finalização dos trabalhos, com apontamentos diversos, dentre eles a sugestão da criação de um Centro de Memória na Justiça Federal capixaba.

### JF - Qual a importância do Centro de Memória para uma instituição como a JFES?

JC - A importância do Centro de Memória decorre do fato de ser necessário o resgate da memória institucional, para que a geração atual e a futura entenda como se deu o processo de amadurecimento da instituição, bem como dotar um setor específico da administração de mecanismos que permitam o manejo dos processos históricos da Instituição, cujos dados estarão disponíveis para pesquisadores e historiadores de uma forma geral.

Por força da Resolução nº 318, de 04 de novembro de 2014, as ações pertencentes ao período de 1890 a 1973 têm valor histórico, e deverão ser preservadas da melhor forma possível, de modo a não colocar em risco a sua adequada preservação, fato que gera, por consequência, a necessidade de cuidados especiais, como higienização dos processos, reparos, retiradas de elementos que tornem o papel a ser preservado ácido, digitalização desses documentos para permitir o fácil acesso a esse material, diminuindo a possibilidade de risco por força do manuseio inadequado do acervo original, e assim por diante.

### JF - Como foi a seleção de material e quais as dificuldades enfrentadas no caminho?

JC - O material selecionado para a exposição, no que diz respeito ao mobiliário, foi selecionado com base numa exposição anterior já existente, ao qual foram acrescidos outros mobiliários encontrados na Seção de Patrimônio. Ademais, foram também selecionados processos antigos que têm valor histórico com base no acervo da Seção Judiciária, tanto da sua primeira fase 1890 a 1937, quanto da segunda fase, após 1965.

### JF - Há quanto tempo você está à frente do Centro?

JC - Estou à frente do Núcleo Regional do Centro de Memória Institucional desde 13/08/2015, ocasião em que fui cedido ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região para a realização dos trabalhos, por força da Portaria TRF2-PTP-2015/00424, de 05/08/2015.



## ▶ Benedito Gonçalves visita instalações da Justiça Federal em Vitória e no município da Serra



Ministro Benedito Gonçalves, na entrada da sede da Justiça Federal serrana, acompanhado pela diretora do foro, juíza federal Cristiane Chmatalik, pelo titular da VF-Serra, juiz federal Bruno Dutra, e pelo presidente do TRF2, des. fed. André Fontes

Na Sala de Sessões das Turmas Recursais, em Vitória, com os juízes federais Bruno Dutra, Eloá Alves, des. federais André Fontes e Castro Aguiar, juízes federais Cristiane Chmatalik (Dirfo), Viviany Arruda, Leonardo Marques, Kelly Costa e Pablo Coelho

O ministro Benedito Gonçalves (STJ), aproveitou a vinda a Vitória no dia 22/9, por ocasião das comemorações dos 50 anos da Seção Judiciária, para visitar as instalações da Subseção Judiciária de Serra e da sede da Seção Judiciária na capital.



## ▶ Corregedora Regional da 2ª Região, em visita à Seccional capixaba, afirma que é preciso 'criatividade' para sobreviver a 'esse momento difícil'



A corregedora regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargadora Nizete Lobato Carmo, visitou a sede da Seccional capixaba e a Serra, respectivamente nos dias 27 e 28/9. Em Vitória, no primeiro dia, a magistrada reuniu-se com a diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e com os juízes federais titulares e substitutos de todas as varas e juzados especiais federais da capital e do interior (Cachoeiro, Colatina e Linhares, por videoconferência).

Após a reunião, que teve por objetivo apresentar as diretrizes da Corregedoria para o biênio e conhecer e ouvir os juízes e suas principais demandas, a corregedora visitou as varas federais de Execução Fiscal que estavam em inspeção (1ª, 2ª e 3ª varas), além de Núcleos administrativos, como os de Distribuição e de Tecnologia da Informação, e o Centro de Memória da instituição, inaugurado no último dia 21.

### Turmas Recursais

No dia seguinte, ainda pela manhã, Nizete Lobato Carmo reuniu-se com os juízes das duas Turmas Recursais dos Juzados Especiais Federais do Espírito Santo: Leonardo Marques Lessa, Kelly Cristina Oliveira Costa, Francisco de Assis Basílio de Moraes (gestor), Viviany de Paula Arruda e Eloá Alves Ferreira. Também acompanhou a reunião o coordenador das Turmas Recursais, Wilmar Carregozi Miranda.

No mesmo dia, à tarde, a desembargadora visitou a sede da Subseção Judiciária de Serra, acompanhada pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Fernando Cesar Baptista de Mattos. Lá, reuniu-se com o juiz federal titular, Bruno Dutra, o diretor de secretaria, Miele Picoli Haase, e os servidores do cartório, para passar as diretrizes da Corregedoria.



## Elogio

Na sequência, visitou a sala dos advogados, localizada no mesmo prédio, onde foi recebida pelo presidente da 17ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Serra, Ítalo Scaramussa, dentre outros advogados. O presidente elogiou o sistema processual eletrônico em uso na Justiça Federal e ressaltou que o órgão fez de maneira correta a transição do processo físico para o virtual.

## Receptividade

O advogado também afirmou que a Justiça Federal capixaba sempre foi “muito receptiva à Ordem” e que “todas as vezes em que a advocacia recorreu aos seus dirigentes ela foi atendida”. Citou como exemplos os juízes federais Roberto Gil Leal Faria (que foi titular da VF-Serra de 07/01/2015 a 21/06/2017) e Bruno Dutra (titular a partir de junho/2017), “parceiros da Ordem na solução de problemas”. Ele ainda destacou a iniciativa de promover acordos, por meio de conciliação, inclusive por WhatsApp e pelas audiências pré-processuais.



Como a Serra é o maior município do Estado do Espírito Santo, que teve um grande aumento de demanda, mesmo com a perda da competência (Execução Fiscal), ele sugeriu duas ações: designação de mutirões de demandas previdenciárias com prioridades legais e o estudo para a instalação de uma segunda vara federal no município, talvez até com o retorno da competência.

## Criatividade e reengenharia

A desembargadora federal Nizete Lobato Carmo lembrou o momento difícil que o país passa, onde todos têm que fazer sacrifícios para poder superar essas dificuldades. “Precisamos sobreviver a esse período com criatividade”. “Temos que fazer uma reengenharia de tudo



que temos para atingir resultados maiores e melhores”, afirmou. De acordo com a magistrada, foi feita uma meta ambiciosa, mas factível, individualizada para a Vara Federal de Serra. Ela pediu o apoio dos advogados para que aguardem o resultado da implantação dessa meta em três meses, na primeira semana após o Carnaval, quando todos poderão se encontrar novamente para nova avaliação, e disse estar aberta a receber ideias criativas de todos.

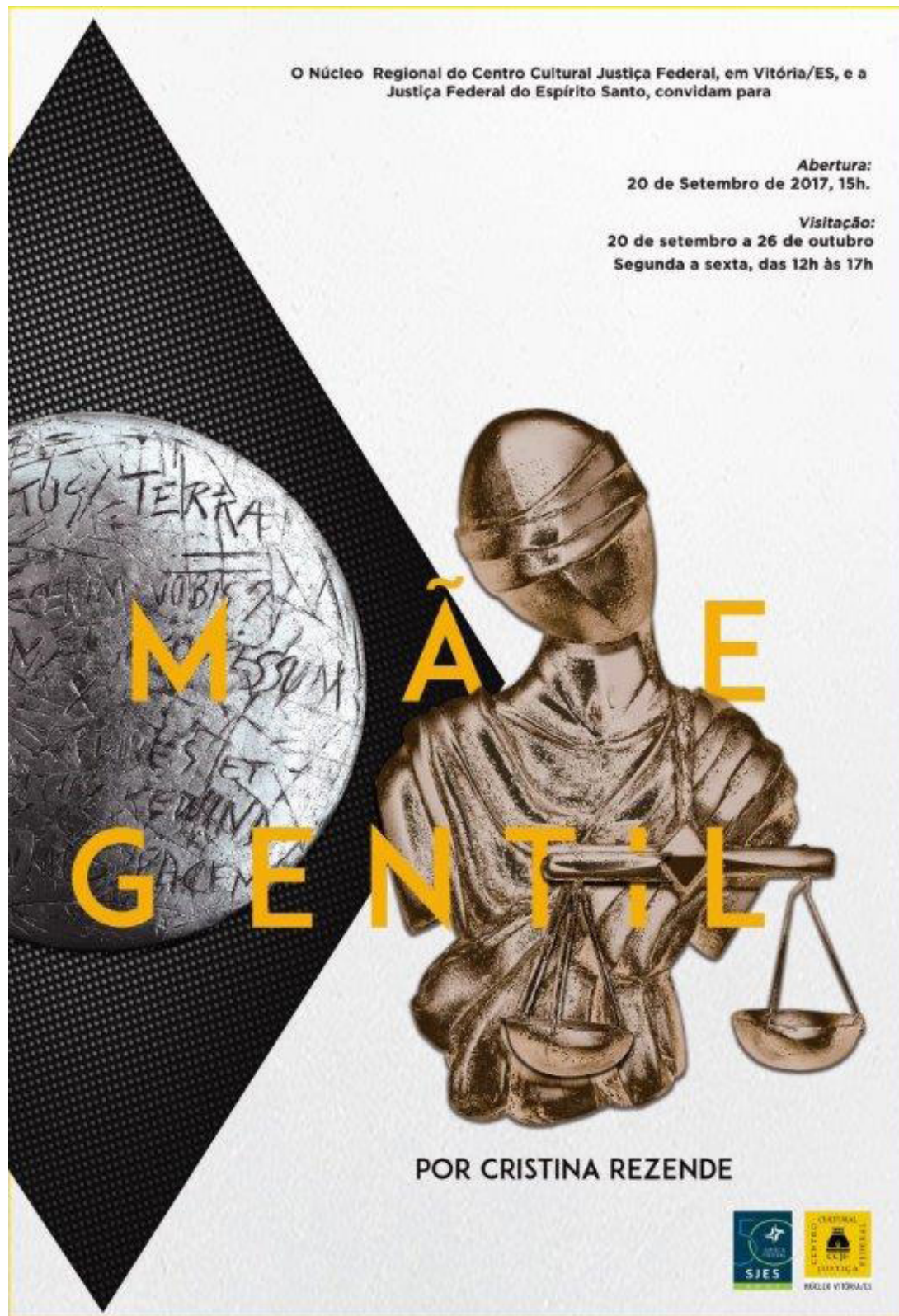
Acompanharam a visita da corregedora ao Espírito Santo os servidores Marcelo Ribeiro, Gessy Oliveira e Renato Mauro Pereira dos Santos.



O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória/ES, e a Justiça Federal do Espírito Santo, convidam para

**Abertura:**  
20 de Setembro de 2017, 15h.

**Visitação:**  
20 de setembro a 26 de outubro  
Segunda a sexta, das 12h às 17h



POR CRISTINA REZENDE



## ▶ XVI Concurso para Juiz Federal: Resultado da prova de sentença criminal será divulgado no dia 9/10

O desembargador federal Guilherme Couto de Castro, presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XVI Concurso para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da Segunda Região, através de comunicado, torna pública a data de divulgação do resultado da prova de sentença criminal, que ocorrerá no dia 09/10/2017, às 14h30min, no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2), Rua Acre 80, 3º andar, com transmissão, através de videoconferência, para a sede da Justiça Federal do Espírito Santo (foto).

Para ler o comunicado na íntegra, acesse [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br) (Notícias) ou [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br).

Fonte: TRF2



## ▶ 1ª VF de Cachoeiro de Itapemirim seleciona projetos sociais para destinação de valores recebidos por prestação pecuniária



A 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, lançou edital para selecionar projetos de entidades públicas ou privadas, com finalidade social e sem fins lucrativos, para destinação dos valores recebidos pela vara a título de prestação pecuniária.

Podem se candidatar apenas entidades localizadas nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim/ES - Alegre, Apiacá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama,

Iconha, Irupi, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta.

As instituições também devem possuir sede própria para realização de suas atividades sociais e ter acesso à rede mundial de computadores (internet), ressalvadas situações excepcionais justificadas.

O prazo para apresentação de projetos vai até 6 de outubro de 2017.

Veja no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br) o edital e o modelo para apresentação do projeto.



## ► Diretora do foro da SJES participa de evento no TRF2, no qual ministros da Comissão de Precedentes do STJ defenderam medidas de gestão para desafogar Judiciário

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, participou nesta manhã do seminário “Metodologia de gestão de precedentes e a integração com os tribunais de segunda instância”, realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes, abriu o evento. A mesa de abertura foi prestigiada pelos componentes da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, ministros Tarso Sanseverino, Assusete Magalhães e Rogerio Schietti Cruz, e pelo vice-presidente do TRF2 e presidente da comissão no órgão de segundo grau, desembargador federal Guilherme Couto de Castro.



O encontro promoveu um debate sobre o sistema de qualificação e julgamento dos recursos repetitivos, instituídos no STJ pela Lei nº 11.672, de 2008. A norma possibilita a solução isonômica de recursos especiais que tratem de controvérsia jurídica idêntica. A partir do novo Código de Processo Civil, de 2015, os tribunais de segunda instância passaram a contar com um instrumento semelhante, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Primeiro a palestrar, o ministro Sanseverino iniciou sua fala explicando que o STJ decidiu realizar eventos volantes para tratar do tema, promovendo a discussão nos maiores tribunais do país, de onde parte a maioria das ações que chegam ao tribunal superior. Por esse motivo, seminários similares já foram realizados no TRF1 e no TJ do Distrito Federal. Ele declarou que outros ainda deverão ocorrer em capitais como, por exemplo, São Paulo, que sedia o TRF3: “Os primeiros a identificar as questões de massa são os juízes de primeiro grau, que estão na linha de frente da jurisdição. Por isso, entendemos a necessidade de nos aproximar dos juízes, dos TRFs e dos Tribunais de Justiça, para compartilhar sugestões e práticas”.



Sanseverino discorreu sobre a necessidade de aperfeiçoamento da gestão no Judiciário, diante do volume de ações que não para de crescer: “Nossa grande questão é a gestão. Afinal, somos juízes profissionais e gestores amadores”, admitiu. O ministro destacou, em sua fala, a importância da participação da sociedade na solução das causas repetitivas, levando em conta que, por serem comuns, afetam grande parte da população, quando não toda ela.

---

Para ele, a atenção à pluralidade de opiniões é fundamental nessa hora: “O CPC de 2015 prevê a admissão do *amicus curiae* [amigo da corte, em latim] e a realização de audiências públicas. Eu mesmo já conduzi duas audiências – uma sobre ação envolvendo credit score [análise de crédito por financeiras e bancos] e outra sobre comissões de corretagem imobiliária. Posso assegurar que foram experiências ricas, que contaram com a manifestação de representantes de diferentes setores afetados por essas questões”.

## Reforma da Previdência causará aumento de demandas

---

A ministra Assusete Magalhães, que fez a apresentação seguinte, acrescentou que a tendência é de aumento no número de litígios de massa. Ela citou a eventual reforma da Previdência como exemplo de questão que deverá gerar, nos próximos anos, uma quantidade expressiva de ações fundamentadas na mesma questão jurídica: “E o crescimento não será direcionado exclusivamente à Justiça Federal, que julga ações em que seja parte o INSS. Os Tribunais de Justiça também serão atingidos, em virtude das ações que versam sobre acidentes trabalhistas e sobre aposentadorias e pensões de servidores municipais e estaduais”, lembrou.

Concluindo a programação da manhã, o ministro Rogerio Schietti observou que a melhor maneira de enfrentar o problema está, de fato, no melhor manejo de medidas de gestão, como destacara o ministro Sanseverino. Para Schietti, o aprimoramento da comunicação entre o Judiciário e a sociedade é o meio mais eficiente de garantir apoio para a solução dos gargalos do Judiciário: “É inegável o fenômeno da judicialização crescente dos conflitos humanos. E também é certo que, para darmos uma resposta eficaz a tal fenômeno precisamos aprender a nos comunicar bem, com objetividade e clareza, visando a angariar mais respeito e confiança no Poder Judiciário”.

## Acordo de cooperação

---

A programação do evento segue à tarde, com as apresentações dos juízes federais Marcelo Ornellas Marchiori e Diogo Rodrigues Verneque, que atuam no Núcleo de Gestão de Precedentes do STJ. Eles deverão abordar os critérios e procedimentos adotados pela Corte, para a seleção de temas que podem ser afetados ao sistema de recursos repetitivos – e, no caso do TRF, de IRDR. O objetivo da conversa é compartilhar práticas para que esse instituto seja cada vez mais utilizado pela segunda instância.

Com o mesmo propósito, explica Marcelo Ornellas, o STJ deverá propor a assinatura de um convênio de cooperação com o TRF2: “Há muitos assuntos que podem ser tratados por meio do IRDR e que, no entanto, ainda continuam sendo enfrentados como questões individuais. Trata-se de um instituto novo e, portanto, a circulação de ideias, sugestões sobre critérios e propostas acerca de procedimentos certamente será mutuamente benéfica”.

A resolução 235 do Conselho Nacional de Justiça dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência.

**Fonte: TRF2**



## ▶ Servidores que participaram do Curso Básico de Formação de Conciliadores recebem certificados e firmam compromisso

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, a juíza federal convocada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos (NPSC) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Aline Alves de Melo Miranda Araújo, e o coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) da Seccional capixaba, juiz federal Marcelo da Rocha Rosado, entregaram, na tarde do dia 21/09 os certificados de conclusão do Curso Básico de Formação



de Conciliadores, realizado nos dias 3, 4 e 6 de novembro de 2015, em Vitória.

Na mesma ocasião foram assinados os Termos de Compromisso dos Conciliadores, que ainda prestaram juramento. Marcelo Rosado destacou que a tomada de compromisso dos conciliadores é “um ato formal que é necessário”. Os agora conciliadores e mediadores certificados, segundo o juiz, “já têm mais intimidade

com a conciliação do que eu mesmo, tenho certeza disso. Vocês sabem mais que eu, que ministrei o curso teórico e na parte prática tenho contato apenas mais distante como o Código de Processo Civil fala. A função de conciliação e mediação há de ser feita pelos especialistas, não é a função exatamente do juiz. Ela é realmente entregue aos especialistas como auxiliares do juiz”, disse.

### “Adequados”

O magistrado ainda ressaltou que esses não são métodos ‘alternativos’, mas são métodos adequados para solução de conflitos. “São meios, outras formas de solução de conflitos, que muitas vezes encontram resultados mais frutíferos, mais exitosos do que os meios tradicionais, digamos assim, como é a sentença”.

Por fim, o juiz trouxe uma boa notícia, como o retorno do INSS à conciliação. “Recentemente, a gente conseguiu trazer de volta à mesa de conciliação o INSS, a partir de reuniões que fizemos com a procuradoria. Foi considerada uma vitória porque a gente estava há algum tempo com essa recalcitrância em participar da conciliação e agora resolveram voltar aos poucos. Inicialmente apenas com benefícios por incapacidade, montaram um grupo específico para isso, mas eles se comprometeram a, com o tempo, expandir a conciliação para outras matérias. Acho que é o passo inicial que acho realmente que a gente não pode deixar passar”.

---

## “Fruto da democracia”

---

Em seguida, a juíza federal Aline Araújo abordou o caráter democrático da solução de conflitos. “Solucionar conflitos pode ser através do julgamento, o juiz adjudicar a decisão, ou da conciliação”. Neste caso, ambas as partes que estão em juízo com interesses diferentes, opostos, “conseguem chegar a um ponto em comum, que não vai satisfazê-las totalmente porque é um acordo, mas enfim é uma solução que põe fim àquele estado de incerteza ou beligerância. Isso é um fruto da democracia mesmo, quem falou foi a Ada Pellegrini Grinover, saudosa também que escreveu coisas muito legais sobre conciliação”.

A juíza ainda comentou sobre o desenvolvimento de novos cursos de formação de conciliadores, que estão previstos para o próximo ano, em cumprimento às novas exigências da Enfam e ainda com foco na Justiça Federal, pois parte do currículo deve tratar de temas como: “como fazer conciliação numa desapropriação”, “como fazer uma conciliação numa execução fiscal”, “como fazer numa ação de improbidade”.

## Juizados e conciliação

---

A diretora do foro da SJES começou sua fala lembrando que ela havia antecedido os dois juízes federais – Aline Araújo e Marcelo Rosado – na coordenação do Cescon, sendo que também atuou anteriormente no NPSC-TRF2.

“Para mim há duas partes dessa Justiça que são muito caras na minha vida, que eu cuido bastante. Uma delas é a questão dos juizados, afinal de contas eu passei 15 anos da minha vida trabalhando nos juizados, então é um local que eu tenho especial apreço. E um outro local que eu aprendi muito a gostar, a estudar, e abriu minha vida e meu conhecimento, é a questão da mediação e da conciliação”.

Agradeceu ao desembargador federal Guilherme Calmon, que a colocou à frente do Cescon na época de sua criação, lembrou as primeiras servidoras (Maristher Siqueira, Vera Ely Massariol, Vera Lúcia Sansoni e Delma Calazans) e que o Centro já cresceu muito. “Ele [o desembargador federal Guilherme Calmon] foi visionário porque, naquela época a gente estava começando a implantar, e essa política pública é uma política pública que só tende a crescer, tanto que já está no nosso CPC e a coisa agora não tem como voltar mais. Eu creio que se especializar na matéria é o mínimo que a gente pode fazer para não entrar numa mesa e não saber o que fazer com as partes envolvidas, porque é muito sério o nosso trabalho, porque pode encerrar uma lide, um conflito”.

## Avanços

---

Hoje, com audiências praticamente todos os dias, o Cescon já vivenciou vários avanços, como o pré-processual e as audiências por videoconferência realizadas com as Subseções



**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

